

REVISÃO

ESPECIAL DE CARNAVAL

TJ PERNAMBUCO



Direitos
Administrativo
e Constitucional
com Rafael Borba

PROF^o Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



Rafael Borba 
@ProfRafaelBorba

A social media profile card for Rafael Borba. It features a circular profile picture of a man in a dark suit against a yellow background. To the right of the picture is the name 'Rafael Borba' in bold black text, followed by a blue verified account icon. Below the name is the handle '@ProfRafaelBorba' in bold black text. The entire card is enclosed in a double-line border.

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), bem como à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

São fundamentos da República Federativa do Brasil, entre outros, a soberania, os valores econômicos do trabalho e da livre iniciativa e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

C Certo

E Errado

CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

Com relação aos princípios fundamentais e aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), bem como à aplicabilidade das normas constitucionais, julgue o item a seguir.

São fundamentos da República Federativa do Brasil, entre outros, a soberania, os valores econômicos do trabalho e da livre iniciativa e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

C Certo
E Errado

Gabarito: E

A questão mistura **fundamentos** e **princípios** da República Federativa do Brasil, conforme previstos na **Constituição Federal de 1988**.

Fundamentos da República (art. 1º da CF/88)

Os fundamentos são os **pilares** da organização do Estado brasileiro e estão no **art. 1º** da Constituição:

- I – **soberania**;
- II – **cidadania**;
- III – **dignidade da pessoa humana**;
- IV – **valores sociais do trabalho e da livre iniciativa**;
- V – **pluralismo político**.

Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa estão corretos, mas "**valores econômicos do trabalho**" **não** é a terminologia correta.

Princípios das relações internacionais (art. 4º da CF/88)

Já o **repúdio ao terrorismo e ao racismo** não é um fundamento da República, mas sim um **princípio das relações internacionais** do Brasil, conforme o **art. 4º, VIII, da CF/88**.

2-FCC - 2024 - Agente de Apoio (MPE AM)/Administrativo

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

A repúdio ao racismo.

B igualdade entre os entes federados.

C pluralismo político.

D independência nacional.

E não-intervenção.

2-FCC - 2024 - Agente de Apoio (MPE AM)/Administrativo

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como um de seus fundamentos

A repúdio ao racismo.

B igualdade entre os entes federados.

C pluralismo político.

D independência nacional.

E não-intervenção.

3-CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade (e mais 2 concursos)

Em relação à liberdade de expressão, julgue o item a seguir.

A liberdade de expressão é um direito fundamental absoluto.

C Certo

E Errado

3- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade (e mais 2 concursos)

Em relação à liberdade de expressão, julgue o item a seguir.

A liberdade de expressão é um direito fundamental absoluto.

C Certo

E Errado

DIREITOS FUNDAMENTAIS ABSOLUTOS

Direito	Descrição
Direito de não ser torturado	Considerado um direito fundamental absoluto pela doutrina.
Direito de não ser escravizado	Protegido de forma absoluta, sem possibilidade de relativização.
Direito de não ser compulsoriamente associado	Ninguém pode ser obrigado a se associar contra sua vontade.

OBSERVAÇÃO: O absolutismo dos direitos fundamentais refere-se à sua **oponibilidade erga omnes**, e não à impossibilidade de sua relativização ou restrição.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO: LIMITAÇÕES

Aspecto	Detalhamento
Não é absoluto	A liberdade de expressão pode sofrer restrições para evitar abusos.
Decisão do STF	Segundo o STF, não pode ser utilizada para a prática de atos ilícitos ou criminosos, nem para discurso de ódio.
Caso Ellwanger	HC nº 82.424/RS - Decisão contra discurso de ódio, Rel. Min. Moreira Alves, Red. p/ ac.: Min. Maurício Corrêa, Pleno, 17.9.2003.

LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Dispositivo Constitucional	Limitação
Art. 5º, IV, CRFB/1988	Proíbe o anonimato.
Art. 5º, V, CRFB/1988	Garante o direito de resposta.

VUNESP - 2024 - Promotor de Justiça do Ministério Público (MPE RJ)

A respeito dos direitos fundamentais, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

A A segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica contribui para a perpetuação de uma inaceitável seletividade socioeconômica do sistema de justiça criminal, sendo incompatível com o princípio da igualdade e com o Estado democrático de Direito.

B A criação de cadastro estadual de usuários de drogas e dependentes químicos é constitucional, pois a seletividade social do cadastro está fundada na proteção do usuário, sendo compatível o princípio da igualdade material e da dignidade da pessoa humana.

C A instituição de plano nacional de segurança pública sem indicadores de acompanhamento de mortes causadas por agentes de segurança pública não ofende, prima facie, o art. 5º, da CF.

VUNESP - 2024 - Promotor de Justiça do Ministério Público (MPE RJ)

A respeito dos direitos fundamentais, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

D Dada a proteção constitucional conferida ao direito à vida, à saúde e à boa-fé, o segurado de plano de saúde está isento de devolver produtos e serviços prestados em virtude de provimento jurisdicional para custear direitos fundamentais de natureza essencial, salvo se, à época do provimento, o medicamento ou serviço não possuísem o respectivo registro nos órgãos competentes.

E A invocação da legítima defesa da honra não pode ser suscitada em processos sujeitos ao rito do Tribunal do Juri, pois a plenitude da defesa (CF/1988, art. 5º, XXXVIII) não autoriza a invocação de argumentos extrajurídicos.

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



VUNESP - 2024 - Promotor de Justiça do Ministério Público (MPE RJ)

A respeito dos direitos fundamentais, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta.

A A segregação de presos provisórios com apoio no grau de instrução acadêmica contribui para a perpetuação de uma inaceitável seletividade socioeconômica do sistema de justiça criminal, sendo incompatível com o princípio da igualdade e com o Estado democrático de Direito.

B A criação de cadastro estadual de usuários de drogas e dependentes químicos é constitucional, pois a seletividade social do cadastro está fundada na proteção do usuário, sendo compatível o princípio da igualdade material e da dignidade da pessoa humana.

C A instituição de plano nacional de segurança pública sem indicadores de acompanhamento de mortes causadas por agentes de segurança pública não ofende, prima facie, o art. 5º, da CF.

Legítima Defesa da Honra e sua (In)Constitucionalidade

Número	Aspecto	Explicação
1	Alternativa maldosa	Uma alternativa pode induzir ao erro uma leitura desatenta. Para uma resposta direta e objetiva, deve-se focar na conclusão .
2	Primeira parte da alternativa (correta)	A afirmação de que a legítima defesa da honra não pode ser invocada no Tribunal do Júri é correta , conforme decidido na ADPF 779/DF .
3	Segunda parte da alternativa (incorreta)	A plenitude de defesa no Tribunal do Júri permite o uso de **argumento

5-CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade (e mais 8 concursos)

Considerando a teoria geral dos direitos fundamentais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Agenda 2030 da ONU, julgue o item a seguir.

As chamadas gerações ou dimensões dos direitos fundamentais sucedem-se, ao longo do tempo, de modo substitutivo.

C Certo
E Errado

5-CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade (e mais 8 concursos)

Considerando a teoria geral dos direitos fundamentais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) e a Agenda 2030 da ONU, julgue o item a seguir.

As chamadas gerações ou dimensões dos direitos fundamentais sucedem-se, ao longo do tempo, de modo substitutivo.

C Certo

E Errado

Aspecto	Gerações	Dimensões
Relação Temporal	Substituição (uma geração substitui a outra)	Soma/Agregação (uma dimensão se soma às anteriores)
Conotação	Ideia de sucessão e substituição	Ideia de acumulação e complementaridade
Termo mais adequado	Menos adequado (carrega ideia de substituição)	Mais adequado (reflete a ideia de soma)

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



Dimensã o	Características	Exemplos de Direitos
1ª Dimensã o	Direitos individuais e liberdades públicas	Direito à vida, liberdade de expressão, propriedade privada
2ª Dimensã o	Direitos sociais, econômicos e culturais	Direito à educação, saúde, trabalho, previdência social
3ª Dimensã o	Direitos de solidariedade ou fraternidade	Direito ao meio ambiente equilibrado, paz, desenvolvimento sustentável
4ª Dimensã o	Direitos relacionados à tecnologia e bioética	Direito à proteção de dados, privacidade digital, direitos genéticos

6- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Apoio Especializado/Medicina Cardiologia (e mais 4 concursos)

Julgue o item a seguir, a respeito do direito ao meio ambiente equilibrado e de aspectos a ele relacionados.

O direito ao meio ambiente é um direito fundamental de terceira geração ou dimensão.

C Certo

E Errado

6- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Apoio Especializado/Medicina Cardiologia (e mais 4 concursos)

Julgue o item a seguir, a respeito do direito ao meio ambiente equilibrado e de aspectos a ele relacionados.

O direito ao meio ambiente é um direito fundamental de terceira geração ou dimensão.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL

- **Primeira geração** (liberdade negativas):
 - Valor fonte: **Liberdade**.
 - **Restrição** a ação do Estado sobre o indivíduo.
 - **Civis e políticos**: direito de propriedade, o direito de locomoção, o direito de associação e o direito de reunião.
- **Segunda geração** (liberdades positivas):
 - Valor fonte: **Igualdade**.
 - Envolvem **prestações positivas** do Estado aos indivíduos.
 - **Sociais, econômicos e culturais**: direito ao trabalho, direito à saúde e direito à educação.
- **Terceira geração**:
 - Valor fonte: **Solidariedade, fraternidade**.
 - **Difusos e coletivos**: o direito do consumidor, o **direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado** e o direito ao desenvolvimento.



07- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade (e mais 4 concursos)

Em relação à liberdade de expressão, julgue o item a seguir.

Conforme a classificação tradicional dos direitos fundamentais em gerações ou dimensões, a liberdade de expressão é um direito de primeira geração ou dimensão.

C Certo

E Errado

07- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade (e mais 4 concursos)

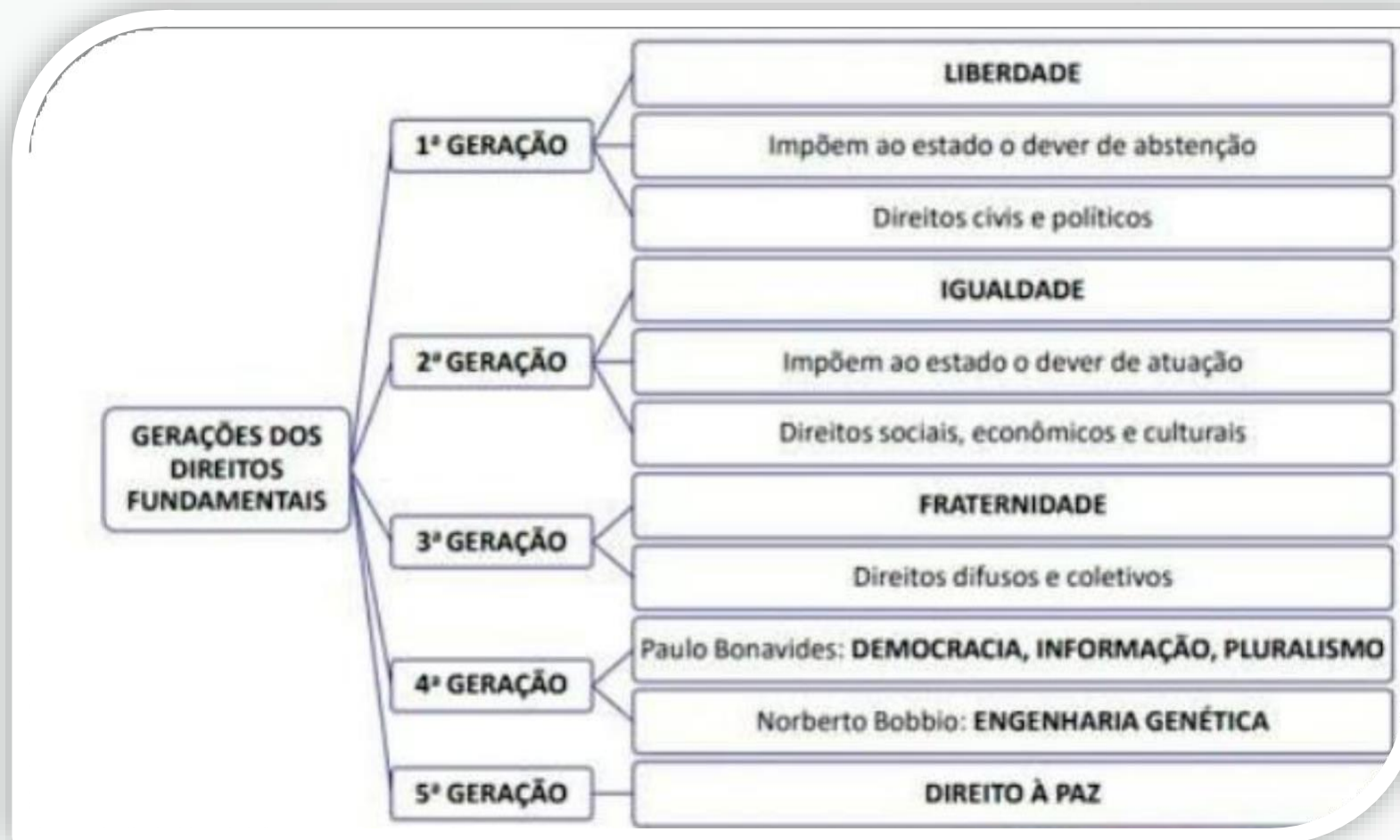
Em relação à liberdade de expressão, julgue o item a seguir.

Conforme a classificação tradicional dos direitos fundamentais em gerações ou dimensões, a liberdade de expressão é um direito de primeira geração ou dimensão.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



08-Instituto Verbena - 2024 - Analista Judiciário (TJ AC)/Analista de Banco de Dados (e mais 9 concursos)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a reintegração de um Território Federal ao estado de origem depende de:

A lei ordinária, votada na Assembleia Legislativa estadual.

B emenda constitucional, votada no Congresso Nacional.

C lei complementar, votada no Congresso Nacional.

D lei complementar, votada na Assembleia Legislativa estadual.

08- Instituto Verbena - 2024 - Analista Judiciário (TJ AC)/Analista de Banco de Dados (e mais 9 concursos)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a reintegração de um Território Federal ao estado de origem depende de:

A lei ordinária, votada na Assembleia Legislativa estadual.

B emenda constitucional, votada no Congresso Nacional.

C lei complementar, votada no Congresso Nacional.

D lei complementar, votada na Assembleia Legislativa estadual.

Art. 18.,

§ 2º Os **Territórios Federais integram a União**, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem **serão reguladas** em Lei Complementar.

FCC - 2024 - Técnico Judiciário (TRT 11ª Região)/Administrativa/"Sem Especialidade"

Diante do crescimento do consumo de roupas populares importadas pela população local, determinado município decide regulamentar a importação de produtos têxteis da China, por meio de lei. Diante do que estabelece a Constituição Federal, acerca da competência legislativa, lei municipal com essas características seria

A inconstitucional, por tratar de competência privativa dos Estados da Federação.

B inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.

C constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

D constitucional, desde que haja lei complementar estadual que autorize o Município a legislar sobre a matéria, de modo atender a suas peculiaridades.

E constitucional, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

FCC - 2024 - Técnico Judiciário (TRT 11ª Região)/Administrativa/"Sem Especialidade"

Diante do crescimento do consumo de roupas populares importadas pela população local, determinado município decide regulamentar a importação de produtos têxteis da China, por meio de lei. Diante do que estabelece a Constituição Federal, acerca da competência legislativa, lei municipal com essas características seria

A inconstitucional, por tratar de competência privativa dos Estados da Federação.

B inconstitucional, por tratar de matéria de competência privativa da União.

C constitucional, por tratar de matéria de competência concorrente entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

D constitucional, desde que haja lei complementar estadual que autorize o Município a legislar sobre a matéria, de modo atender a suas peculiaridades.

E constitucional, pois compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

[...]

VIII - comércio exterior e interestadual;

10- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue o item a seguir.

No sistema constitucional de repartição de competências, são reservadas à União as competências que não lhe sejam vedadas pela CF e que não tenham sido atribuídas a estados e municípios.

C Certo
E Errado

10- CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Analista Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

Com base nas disposições constitucionais acerca da organização político-administrativa do Estado, da administração pública, e dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue o item a seguir.

No sistema constitucional de repartição de competências, são reservadas à União as competências que não lhe sejam vedadas pela CF e que não tenham sido atribuídas a estados e municípios.

C Certo

E Errado

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

IDECAN - 2024 - Analista de Procuradoria (PGE BA)/Apoio Jurídico/"Temporários"

De acordo com a Constituição Federal, pode-se afirmar que os Tribunais Superiores – como o Tribunal Superior do Trabalho – têm jurisdição

A na Capital Federal.

B em todo o território nacional.

C exclusivamente na Capital Federal.

D em todos os Estados da Federação, exceto o Distrito Federal.

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



IDECAN - 2024 - Analista de Procuradoria (PGE BA)/Apoio Jurídico/"Temporários"

De acordo com a Constituição Federal, pode-se afirmar que os Tribunais Superiores – como o Tribunal Superior do Trabalho – têm jurisdição

A na Capital Federal.

B em todo o território nacional.

C exclusivamente na Capital Federal.

D em todos os Estados da Federação, exceto o Distrito Federal.

PROFº Rafael Borba-DIREITO CONSTITUCIONAL



Vejam os a íntegra do preceito constitucional:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

[...]

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.

12- Instituto Verbena - 2024 - Técnico Judiciário (TJ AC)/Técnico Judiciário

Conforme se depreende da sistemática constante do artigo 92 e seguintes da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário:

A Procuradoria-Geral da República, Tribunal Superior do Trabalho e Juízes Federais.

B Tribunal de Contas da União, Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

C Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Superior Tribunal de Justiça.

D Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça e Superior Tribunal Militar

12- Instituto Verbena - 2024 - Técnico Judiciário (TJ AC)/Técnico Judiciário

Conforme se depreende da sistemática constante do artigo 92 e seguintes da Constituição Federal, são órgãos do Poder Judiciário:

A Procuradoria-Geral da República, Tribunal Superior do Trabalho e Juízes Federais.

B Tribunal de Contas da União, Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça.

C Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Superior Tribunal de Justiça.

D Supremo Tribunal Federal, Conselho Nacional de Justiça e Superior Tribunal Militar

★ Art. 92

São **ÓRGÃOS** do **PODER JUDICIÁRIO**:

- I. o **STF** (Supremo Tribunal Federal);
 - I-A. o **CNJ** (Conselho Nacional de Justiça); (EC 45/2004)
 - II. o **STJ** (Superior Tribunal de Justiça);
 - II-A. o **TST** (Tribunal Superior do Trabalho); (EC 92/2016)
 - III. os **TRFs** (Tribunais Regionais Federais) e **Juízes Federais**;
 - IV. os **Tribunais e Juízes do Trabalho**;
 - V. os **Tribunais e Juízes Eleitorais**;
 - VI. os **Tribunais e Juízes Militares**;
 - VII. os **Tribunais e Juízes dos Estados e do DF e Territórios**.
- § 1º.** O **STF, o CNJ e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.** (EC 45/2004)
- § 2º.** O **STF e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional.** (EC

45/2004)

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



01- Instituto AOCP - 2024 - Analista de Defensoria (DPE MS)/Direito

“[...] o Direito Administrativo deve ser conceituado como sistema de princípios jurídicos que regula as atividades do Estado para cumprimento de seus fins.”

Considerando as diversas correntes que buscam a definição de Direito Administrativo, é correto afirmar que o conceito apresentado representa o critério

A das relações jurídicas.

B teleológico.

C legalista.

D do Poder Executivo.

E do serviço público.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



01- Instituto AOCP - 2024 - Analista de Defensoria (DPE MS)/Direito

“[...] o Direito Administrativo deve ser conceituado como sistema de princípios jurídicos que regula as atividades do Estado para cumprimento de seus fins.”

Considerando as diversas correntes que buscam a definição de Direito Administrativo, é correto afirmar que o conceito apresentado representa o critério

A das relações jurídicas.

B teleológico.

C legalista.

D do Poder Executivo.

E do serviço público.

PROF^o Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



Critério	Definição	Crítica
Critério Legalista	O Direito Administrativo é limitado ao conjunto da legislação.	Considerado uma visão ampla simplificada.
Critério do Poder Executivo [Inaceitável]	O Direito Administrativo é aquele que se resume à legislação específica ao Poder Executivo.	Este sorteio é apenas um desdobramento do sorteio legalista, sendo incompleto.
Critério das Relações Jurídicas	O Direito Administrativo regula as relações jurídicas entre o particular e o Estado.	Considerado insuficiente, pois ignora outras relações e aspectos do Direito Administrativo.
Critério do Serviço Público [Insuficiente]	O Direito Administrativo é aquele que regula os serviços públicos.	Estes descontos são limitados e não abrangem a totalidade do Direito Administrativo.
Critério Teleológico ou Finalístico [Inconclusivo]	O Direito Administrativo é entendido a partir das atividades que permitem ao Estado alcançar seus objetivos.	Faltam esclarecimentos sobre quais seriam esses fins, tornando as classificações inconclusivas.
Critério Negativista	O Direito Administrativo é o ramo que trata de questões que não pertencem a outros ramos do Direito.	Considerado cientificamente frágil, pois não define claramente o que abrange.
Critério Funcional	O Direito Administrativo é o ramo que estuda a disciplina normativa da função administrativa, independente de quem a exerce (Poder Executivo, Legislativo, Judiciário ou particular mediante delegação estatal). ↓	Critério mais amplo e flexível, visto como uma definição mais abrangente e moderna do Direito Administrativo.

02- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Judiciário (STJ)/Administrativa/"Sem Especialidade"

No que se refere ao conceito de administração pública, às fontes do direito administrativo e aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

De acordo com o critério orgânico, administração pública designa o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas responsáveis por funções administrativas.

C Certo

E Errado

02- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Judiciário (STJ)/Administrativa/"Sem Especialidade"

No que se refere ao conceito de administração pública, às fontes do direito administrativo e aos atos administrativos, julgue os itens seguintes.

De acordo com o critério orgânico, administração pública designa o conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas responsáveis por funções administrativas.

C Certo

E Errado

SENTIDO OBJETIVO, MATERIAL OU FUNCIONAL

- atividade administrativa
- o que o estado faz

SENTIDO SUBJETIVO, ORGÂNICO OU FORMAL

- órgãos, sujeitos, agentes administrativos
- quem faz

03- Instituto Consulplan - 2024 - Analista da Defensoria Pública (DPE PR)/Administração (e mais 8 concursos)

O regime jurídico-administrativo, sistema que dá identidade ao direito administrativo, repousa sobre dois princípios básicos, os quais fundamentam a bipolaridade deste ramo do direito, quais sejam, as prerrogativas e restrições concedidas à Administração. Tais princípios não são específicos do direito administrativo, pois norteiam todos os ramos do direito público; porém, são essenciais, pois, a partir deles, constroem-se todos os demais princípios e regras que integram o regime jurídico-administrativo. Tais princípios são, respectivamente:

A Socialidade e Operabilidade.

B Proteção e Primazia da Realidade.

C Controle da execução orçamentária e Eficácia Legal.

D Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público Sobre o Privado.

03- Instituto Consulplan - 2024 - Analista da Defensoria Pública (DPE PR)/Administração (e mais 8 concursos)

O regime jurídico-administrativo, sistema que dá identidade ao direito administrativo, repousa sobre dois princípios básicos, os quais fundamentam a bipolaridade deste ramo do direito, quais sejam, as prerrogativas e restrições concedidas à Administração. Tais princípios não são específicos do direito administrativo, pois norteiam todos os ramos do direito público; porém, são essenciais, pois, a partir deles, constroem-se todos os demais princípios e regras que integram o regime jurídico-administrativo. Tais princípios são, respectivamente:

A Socialidade e Operabilidade.

B Proteção e Primazia da Realidade.

C Controle da execução orçamentária e Eficácia Legal.

D Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público Sobre o Privado.



04-CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

No tocante aos princípios e aos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O princípio da impessoalidade determina que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



04-CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

No tocante aos princípios e aos poderes da administração pública, julgue o item a seguir.

O princípio da impessoalidade determina que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.

C Certo

E Errado



05- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Técnico Ministerial (MPE TO)/Assistente Administrativo

Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo parte integrante da estrutura do Estado, os órgãos públicos têm personalidade jurídica e vontade próprias.

C Certo
E Errado

05- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Técnico Ministerial (MPE TO)/Assistente Administrativo

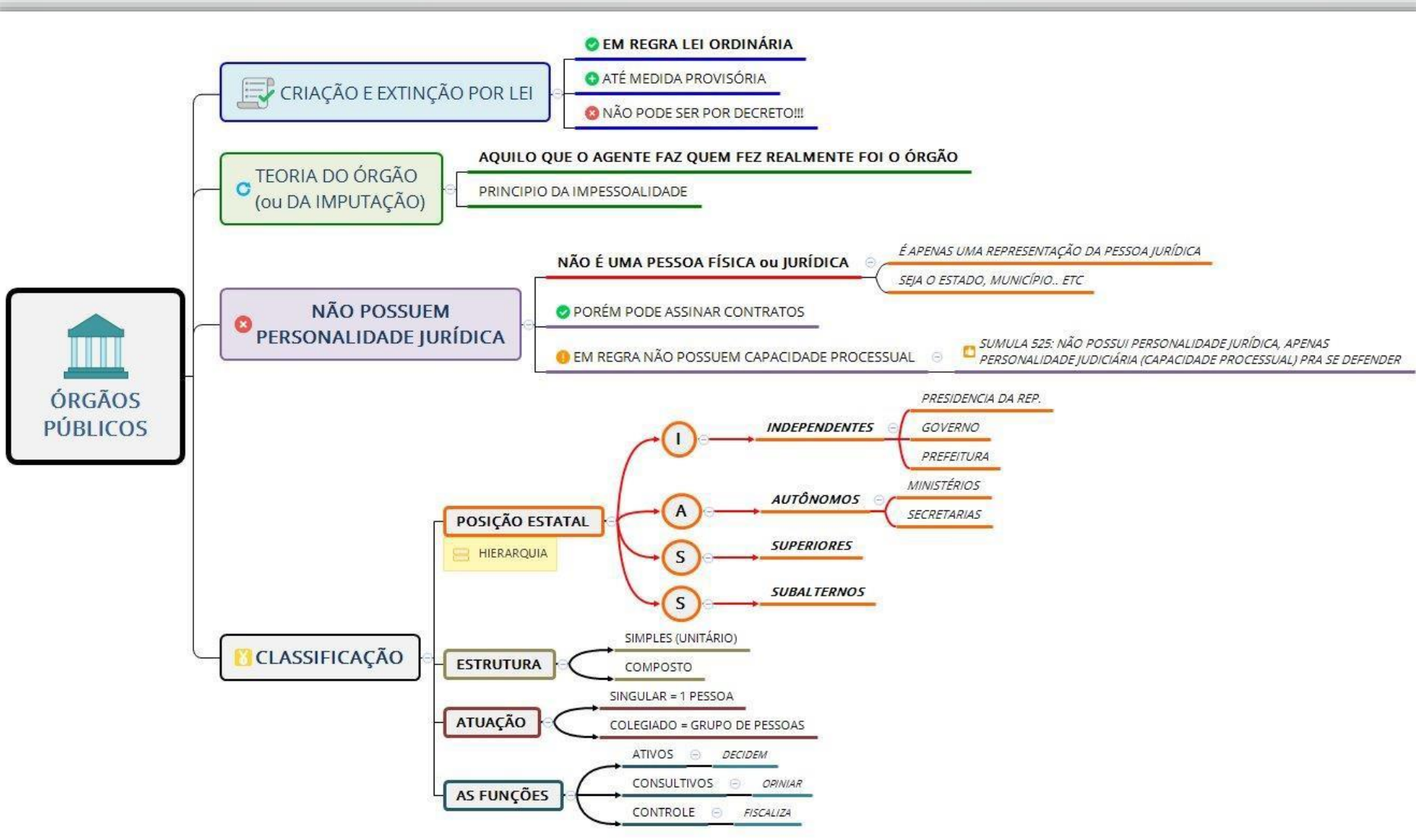
Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

Mesmo sendo parte integrante da estrutura do Estado, os órgãos públicos têm personalidade jurídica e vontade próprias.

C Certo

E Errado

PROF^o Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



06- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Técnico Ministerial (MPE TO)/Assistente Administrativo

Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração centralizada é exercida por uma única pessoa jurídica e pode ser desempenhada por diversos órgãos internos.

C Certo

E Errado

06- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Técnico Ministerial (MPE TO)/Assistente Administrativo

Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração centralizada é exercida por uma única pessoa jurídica e pode ser desempenhada por diversos órgãos internos.

C Certo

E Errado

DESCONCENTRAÇÃO

- ✓ Ocorre quando **a entidade se desmembra em órgãos, organizados em hierarquia.**
- ✓ É uma técnica administrativa para melhorar o desempenho da entidade.
- ✓ A desconcentração **ocorre dentro de uma mesma pessoa jurídica.**

DESCENTRALIZAÇÃO	DESCONCENTRAÇÃO
Distribui funções para <u>outra pessoa</u> jurídica.	Distribui funções dentro da <u>mesma pessoa</u> jurídica.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



07- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Técnico Ministerial (MPE TO)/Assistente Administrativo

Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração direta consiste no conjunto de pessoas jurídicas que recebem diretamente da Constituição da República suas competências políticas e administrativas.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



07- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Técnico Ministerial (MPE TO)/Assistente Administrativo

Acerca de organização administrativa, julgue o item que se segue.

A administração direta consiste no conjunto de pessoas jurídicas que recebem diretamente da Constituição da República suas competências políticas e administrativas.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



08-FGV - 2024 - Analista Judiciário (TJ AP)/Apoio Especializado/Administração (e mais 11 concursos)

Na qualidade de servidora pública ocupante do cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marieva foi questionada acerca de qual teoria foi adotada para responsabilidade civil do Estado pela conduta dos respectivos agentes públicos, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988 e as peculiaridades decorrentes de tal orientação.

Nesse contexto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, Marieva respondeu, corretamente, que se tratava da:

A teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;

B teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;

C teoria da culpa administrativa, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e não admite excludentes do nexo de causalidade;

PROF^o Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



08-FGV - 2024 - Analista Judiciário (TJ AP)/Apoio Especializado/Administração (e mais 11 concursos)

Na qualidade de servidora pública ocupante do cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marieva foi questionada acerca de qual teoria foi adotada para responsabilidade civil do Estado pela conduta dos respectivos agentes públicos, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988 e as peculiaridades decorrentes de tal orientação.

Nesse contexto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, Marieva respondeu, corretamente, que se tratava da:

D teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade;

E teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



08-FGV - 2024 - Analista Judiciário (TJ AP)/Apoio Especializado/Administração (e mais 11 concursos)

Na qualidade de servidora pública ocupante do cargo de analista do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, Marieva foi questionada acerca de qual teoria foi adotada para responsabilidade civil do Estado pela conduta dos respectivos agentes públicos, à luz do disposto no Art. 37, §6º, da Constituição da República de 1988 e as peculiaridades decorrentes de tal orientação.

Nesse contexto, considerando o entendimento do Supremo Tribunal Federal acerca da matéria, Marieva respondeu, corretamente, que se tratava da:

D teoria do risco administrativo, que consagra a responsabilidade objetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade;

E teoria do risco integral, que consagra a responsabilidade subjetiva do Estado e admite excludentes do nexo de causalidade.

CF/88

Art. 37

§ 6º As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



09 CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

Julgue o item a seguir, a respeito da administração pública indireta, dos atos administrativos e da requisição.

Com relação ao seu aspecto material, o ato administrativo é regido pelo regime jurídico de direito público, e deve ser exarado em conformidade com a forma prevista no ordenamento jurídico.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



09 CEBRASPE (CESPE) - 2025 - Técnico Judiciário (TRF 6ª Região)/Administrativa/Sem Especialidade

Julgue o item a seguir, a respeito da administração pública indireta, dos atos administrativos e da requisição.

Com relação ao seu aspecto material, o ato administrativo é regido pelo regime jurídico de direito público, e deve ser exarado em conformidade com a forma prevista no ordenamento jurídico.

C Certo

E Errado

Pelo critério objetivo, funcional ou material, ato administrativo é somente aquele praticado no exercício concreto da função administrativa, seja ele editado pelos órgãos administrativos ou pelos órgãos judiciais e legislativos.

*Pelo critério **subjetivo, orgânico ou formal**, ato administrativo é o que ditam os órgãos administrativos; ficam **excluídos os atos provenientes dos órgãos legislativo e judicial, ainda que tenham a mesma natureza daqueles**; e ficam **incluídos todos os atos da Administração, pelo só fato de serem emanados de órgãos administrativos**, como os atos normativos do Executivo, os atos materiais, os atos enunciativos, os contratos.*

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



10- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Judiciário (CNJ)/Administrativa/Pedagogia (e mais 4 concursos)

Julgue o item seguinte, referente a direito administrativo.

A sanção e o veto, pelo presidente da República, de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional são exemplos de atos administrativos de controle.

C Certo

E Errado

PROFº Rafael Borba-DIREITO ADMINISTRATIVO



10- CEBRASPE (CESPE) - 2024 - Analista Judiciário (CNJ)/Administrativa/Pedagogia (e mais 4 concursos)

Julgue o item seguinte, referente a direito administrativo.

A sanção e o veto, pelo presidente da República, de projetos de lei aprovados pelo Congresso Nacional são exemplos de atos administrativos de controle.

C Certo

E Errado

São **ATOS DA ADMINISTRAÇÃO** (todo ato praticado no exercício da função administrativa):

1. Os **contratos administrativos**;
2. Os **atos materiais** (aqueles que representam mera execução, como um gari varrendo uma rua, um médico fazendo uma cirurgia etc.);
3. Os **atos políticos** (como a sanção e o veto do Presidente);
4. Os **atos administrativos** (as declarações unilaterais da administração com a finalidade de criar, modificar ou extinguir direitos).

REVISÃO

ESPECIAL DE CARNAVAL

TJ PERNAMBUCO



Direitos
Administrativo
e Constitucional
com Rafael Borba